



Regras Vinculativas da Allianz (BCR's)

Objetivo deste documento

Este documento, anteriormente designado de Allianz Privacy Standard, descreve as regras vinculativas da Allianz (BCR's) e fornece informações sobre as regras que regem a transferência internacional de dados pessoais entre as empresas do Grupo Allianz que operam no Espaço Económico Europeu (EEE) e também as empresas do Grupo Allianz fora desta área. Esta norma descreve também os seus direitos em relação a tais transferências o que fazer se quiser exercer os seus direitos ou reclamar sobre tais transferências e como contactar-nos.

Versão	Válido a partir de	Classificação
2.0	01.01.2024	Público

A	Introdução	3
	Palavras Chave	3
B	Princípios de Compliance para a Privacidade e Proteção dos dados	5
I.	Devido Cuidado.....	5
II.	Qualidade dos dados	5
III.	Transparência e Acesso	6
IV.	Licitude de Tratamento.....	8
V.	Relação com os Subcontratantes.....	9
VI.	Transferências e Transferências subsequentes.....	10
VII.	Segurança e Confidencialidade	10
VIII.	Perda de Dados Pessoais.....	10
IX.	Proteção de dados desde a conceção e por defeito (Privacy by Design & Default)	11
X.	Cooperação com as Autoridades de Proteção de Dados	11
C	Os seus Direitos	11
I.	Direitos de acesso, retificação e apagamento.....	12
II.	Direito de Oposição	13
III.	Direito de Limitação.....	13
IV.	Direito à Portabilidade.....	13
V.	Direito de Oposição a Decisões Automatizadas	14
VI.	Tratamento de pedidos relacionados com os seus dados pessoais.....	14
D	Transferências Internacionais dos seus Dados Pessoais	15
I.	As suas Reclamações e como são tratadas.....	15
II.	Os seus direitos de Terceiro Beneficiário relacionados com as transferências internacionais dos seus dados pessoais	16
E	Aplicação de Leis e Regulamentos	17
F	Atualizações a este documento	17

Disclaimer: A fim de a leitura deste documento ser mais compreensiva, o termo “colaborador” e outros nos quais predomine um dos géneros na grafia, pretende designar qualquer pessoa independentemente do género.

A Introdução

- **Objetivos e âmbito**
- Esta é a versão pública das Normas vinculativas (*Binding Corporate Rules* (BCRs), em inglês) da Allianz, que foram aprovadas pelas autoridades nacionais de proteção de Dados no Espaço Económico Europeu (EEE), as quais incluem a autoridade responsável pela proteção de dados do Grupo Allianz e a Autoridade de Proteção de Dados da Baviera (BayLDA).
- As *Binding Corporate Rules* (BCRs) foram desenvolvidas pelo EEE para permitir que empresas multinacionais realizem transferências de dados pessoais dentro das organizações, em conformidade com as leis e regulamentos da privacidade e proteção de dados do EEE. Em regra, as leis e regulamentos do EEE não permitem a transferência de dados pessoais do EEE para a Ásia, EUA ou outras regiões do mundo. Assim, com as BCRs, essa restrição é ultrapassada.
- A obtenção da aprovação das BCRs reforça o compromisso da Allianz em manter a confiança dos nossos clientes, colaboradores e parceiros de negócio na forma como tratamos os seus dados pessoais.
- As BCR's abordam as atividades de tratamento que a Allianz realiza como Responsável pelo tratamento de Dados enquanto executa as atividades de negócio. Engloba ainda os dados pessoais dos colaboradores atuais, antigos e potenciais. Também abrange os dados de agentes, corretores, intermediários, gestores de fundos de pensões, fornecedores e prestadores de serviços, acionistas e outros parceiros de negócio, bem como clientes, clientes corporativos, representantes de clientes e clientes corporativos e terceiros.
- As empresas do Grupo Allianz são obrigadas a implementar as BCR's. Esta norma e a lista atualizada das empresas do Grupo Allianz que se comprometeram a cumprir as BCR's estão disponíveis em <https://www.allianz.com/en/info/privacy-statement/>.

Palavras Chave

Termo	Descrição
Grupo Allianz	O Grupo Allianz engloba a Allianz SE e qualquer empresa afiliadas, de acordo com a Seção 15 da German Stock Corporation Act (AktG)

Termo	Descrição
Binding Corporate Rules (BCRs)	Mecanismo legalmente reconhecido para legitimar e facilitar as transferências de dados pessoais com origem ou processados no EEE entre empresas do mesmo grupo.
Responsável pelo Tratamento	O responsável pelo tratamento é uma pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades (“porque”) e os meios de tratamento (“como”) do processamento dos seus dados pessoais. Se dois ou mais Responsáveis de tratamento de dados determinarem conjuntamente as finalidades e os meios de processamento, serão considerados responsáveis conjuntos e deverão cooperar de forma transparente de modo a garantir a adesão à Política APS.
Subcontratante	Pessoa singular ou coletiva que processa os seus dados pessoais em nome de um Responsável de Tratamento de dados.
EEE	O Espaço Económico Europeu é constituído pelos países que fazem parte da União Europeia, bem como pela Islândia, Liechtenstein e Noruega.
Colaboradores	Todos os colaboradores, diretores e membros do conselho executivo de uma empresa do Grupo Allianz.
Group Chief Privacy Officer	É o responsável da Privacidade e Proteção de Dados do Grupo Allianz. É nomeado pelo Conselho Administrativo da Allianz SE.
Group Privacy	Departamento de Privacidade e Proteção de Dados do Grupo na Allianz SE.
Titular dos dados	O titular dos dados é definido como uma pessoa singular identificada ou identificável a quem os dados pessoais dizem respeito. É considerada identificável uma pessoa que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador como o nome, número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social daquela pessoa singular. Nesta norma, refere-se aos colaboradores e relacionados, clientes, parceiros de negócio ou quaisquer terceiros cujos dados pessoais são processados.
Transferências Internacionais	Corresponde à comunicação de dados pessoais, por meio de transmissão física ou por acesso remoto, a empresas do Grupo Allianz não pertencentes ao EEE e que estejam legalmente vinculadas pela APS.

Termo	Descrição
Dados pessoais	Refere-se a qualquer informação relativa a uma pessoa singular
Perda de dados pessoais	Perda de dados pessoais significa todos os casos de perda de dados, destruição ou violação, divulgação ou acesso não autorizado, que incluem ou podem incluir dados pessoais.
Tratamento	Significa qualquer operação ou conjunto de operações efetuados sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados. Abrange atividades tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização de dados. Também se refere à comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.
Definição de perfis	Trata-se de qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais que consista na utilização desses dados pessoais para avaliar certos aspetos de uma pessoa singular, nomeadamente para analisar ou prever aspetos relacionados com o seu desempenho profissional, a sua situação económica, saúde, preferências, interesses, fiabilidade de comportamento, localização ou deslocações.
Destinatário	Um destinatário é uma pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência ou outro organismo que recebe comunicações de dados pessoais independentemente de se tratar de ou não de um terceiro.
Dados pessoais sensíveis	Todos os dados pessoais que possam revelar a sua origem racial ou étnica, opiniões políticas, crenças religiosas ou filosóficas ou filiação sindical. Também se refere a dados genéticos e dados biométricos bem como dados sobre a sua saúde, ou sobre a sua vida sexual ou orientação sexual.

B Princípios de Compliance para a Privacidade e Proteção dos dados

As empresas do Grupo Allianz observam os seguintes princípios no tratamento de dados pessoais que estão sujeitos às leis e regulamentos de Privacidade e Proteção de dados no EEE.

I. Devido Cuidado

Processamos os seus dados pessoais com o maior cuidado, de forma lícita, leal e transparente.

II. Qualidade dos dados

1. Limitação das Finalidades

Apenas processamos os seus dados pessoais para atender às finalidades determinadas, explícitas e legítimas de negócio.

Quaisquer novas finalidades de negócio serão compatíveis com as finalidades iniciais para as quais recolhemos os seus dados pessoais, exceto se não concordar com o processamento dos seus dados para outros fins. Será sempre informado sobre quaisquer alterações que possamos vir a realizar.

2. Minimização de Dados e Exatidão

Se nos informar acerca de alterações dos seus dados pessoais ou as efetuarmos como parte da atividade de tratamento de dados pessoais, garantimos que:

- Os seus dados pessoais se encontram atualizados. Se aqueles forem inexatos, serão imediatamente apagados ou corrigidos, conforme a situação, tendo em conta o motivo pelo qual se está a processar os seus dados pessoais.
- Quaisquer atualizações nos seus dados pessoais serão refletidas nos sistemas e bases de dados da Allianz, sejam internos ou externos.
- Os seus dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados.

3. Limitação da Conservação

Apenas conservamos os seus dados pessoais durante o período necessário para as finalidades previamente informadas e em conformidade com a lei.

Eliminamos e/ou arquivamos os seus dados pessoais quando deixem de ser necessários. Em alternativa, se nos virmos forçados a conservar os dados durante períodos mais longos, anonimizamos os seus dados pessoais para que não seja identificado.

III. Transparência e Acesso

De forma geral, recolhemos os dados pessoais diretamente, isto é, junto do respetivo titular. Só recolheremos dados pessoais de outras fontes, caso tal seja legítimo e permitido por lei. As informações que lhe fornecemos poderão diferir, dependendo da origem dos dados pessoais. Da tabela seguinte constam as informações que fornecemos quando recolhemos os dados pessoais diretamente através de si ou através de outra fonte:

	Dados recolhidos diretamente do titular	Dados recolhidos de terceiros
Que empresa (ou representante) do Grupo Allianz é responsável pelo tratamento dos dados pessoais (responsável pelo tratamento).	ü	ü
Quem pode contactar com dúvidas ou preocupações acerca do tratamento dos seus dados pessoais. (Normalmente será o responsável pela proteção de dados ou o profissional de privacidade de dados).	ü	ü
Por que razão processamos os seus dados pessoais e o respetivo fundamento legal	ü	ü

	Dados recolhidos diretamente do titular	Dados recolhidos de terceiros
Se o processamento dos seus dados pessoais é do nosso interesse legítimo ou de terceiros e detalhes sobre tais interesses.	ü	ü
O tipo de dados pessoais que processamos (por exemplo, o seu nome ou a data de nascimento).		ü
As empresas e pessoas ou categorias de empresas e pessoas com quem partilhamos os seus dados pessoais.	ü	ü
As medidas que tomamos para proteger os seus dados pessoais, quando são enviados para outras empresas ou pessoas fora do EEE, bem como para obter mais informações sobre essas medidas.	ü	ü
Por quanto tempo conservamos os seus dados pessoais ou em que nos baseamos para definir esse prazo.	ü	ü
Os direitos de que o titular de dados pessoais dispõe, relativamente a esses dados	ü	ü
O seu direito de decidir – em qualquer momento – o não consentimento no processamento dos seus dados pessoais, no caso desse consentimento ter sido previamente facultado. No entanto, qualquer tratamento que tenhamos realizado antes não será afetado pela sua decisão de revogar o consentimento.	ü	ü
O seu direito de reclamar perante uma autoridade competente, em matéria de Proteção de dados no EEE.	ü	ü
Como obtivemos os seus dados pessoais e se os mesmos foram obtidos através de fonte de acesso público.		ü
Se recolhemos os seus dados pessoais porque são exigidos por leis ou regulamentos, por um contrato celebrado com a Allianz ou no âmbito de diligências pré-contratuais. Também prestamos informação acerca de eventual obrigação em facultar dados pessoais e respetivas consequências, em caso contrário.	ü	

	Dados recolhidos diretamente do titular	Dados recolhidos de terceiros
Se utilizamos os seus dados pessoais em decisões automatizadas, sem intervenção humana, bem como para realizar avaliações de aspetos pessoais relacionados. Também informaremos qual o significado dessas decisões, como são feitas e as suas possíveis consequências.	ü	ü

Facultamos estas informações no momento da recolha dos seus dados pessoais. Na impossibilidade de o fazermos, informaremos:

- No prazo de um mês, após a recolha dos seus dados pessoais
- Quando usamos os seus dados pessoais para comunicar consigo), ou
- Se a divulgação para outro destinatário é planeada, no momento em que os seus dados pessoais são comunicados pela primeira vez.

Em algumas circunstâncias, não necessitamos de o informar, por exemplo, se já tiver conhecimento destas informações ou se é legalmente necessário recolher e partilhar os seus dados pessoais em causa.

IV. Licitude de Tratamento

1. Fundamento legal para tratamento dos seus dados pessoais

Utilizamos os seus dados pessoais quando exista um fundamento legal para tal, nomeadamente quando se identifica a necessidade de:

- Celebrar um contrato consigo ou tomar medidas, a seu pedido, antes de iniciar um contrato
- Cumprir com obrigações legais
- Proteger os seus interesses vitais ou de terceiros
- Realizar um tratamento de dados pessoais com base no interesse público ou no exercício de uma autoridade oficial investida na Allianz, ou
- Realizar ações para interesses legítimos de negócio ou de terceiros, exceto se esses interesses legítimos forem anulados pelos seus interesses ou direitos e liberdades fundamentais.

Também podemos processar os dados pessoais com base no seu consentimento.

2. Consentimento

Se tratamos os dados pessoais com base no seu consentimento:

- Asseguramos que o texto e o formato utilizados para recolha do seu consentimento são claros e fáceis de entender, e que o mesmo é dado de forma livre, específica, informada e simples.

- Temos processos para registar a cedência e a retirada do seu consentimento e garantir que o mesmo pode ser facilmente retirado. Antes de dar o seu consentimento, é informado acerca desse facto.
- Garantimos que, se o seu consentimento for recolhido como parte de uma declaração por escrito que também diga respeito a outros assuntos, como por exemplo um contrato, o pedido de consentimento deverá ser apresentado na declaração escrita de uma forma claramente distinguível dos outros assuntos.

3. Tratamento de categorias especiais de dados pessoais

Apenas tratamos categorias especiais de dados pessoais se tal for necessário, nomeadamente pelas razões que se indicam em seguida:

- Para realizar ou exercer direitos sob as leis e regulamentos de emprego e segurança social e proteção social.
- Para fins de medicina preventiva ou do trabalho, como a avaliação da capacidade de trabalho de um colaborador, diagnóstico médico, saúde ou assistência social e atividades dos profissionais de saúde.
- Decorrente do interesse público no domínio da saúde pública, se exigido pelas leis e regulamentos do EEE.
- Por razões de interesse público importante, se requerido pelas leis e regulamentos do EEE.
- Para fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos, se exigido pelas leis e regulamentos do EEE.
- Se se referir a dados pessoais que tenham sido manifestamente tornados públicos pelo seu titular.
- Se necessário para proteger os seus interesses vitais ou de outra pessoa singular, no caso de estar física ou legalmente incapacitado para dar o seu consentimento.
- À declaração, ao exercício ou à defesa de um direito num processo judicial.

Em alternativa, tratamos os seus dados pessoais “sensíveis” se tiver dado o seu consentimento explícito para uma ou mais finalidades específicas, exceto seja proibido pelas leis e regulamentos do EEE.

4. Tratamento de dados pessoais relacionados com condenações penais e infrações

Apenas processamos dados pessoais relativos a condenações penais e infrações, ou com medidas de segurança relacionadas, se for permitido ou exigido pelas leis e regulamentos do EEE, que prevejam as garantias adequadas para os seus direitos e liberdades.

V. Relação com os Subcontratantes

Apenas permitimos que os subcontratantes, que atuam em nome das empresas do Grupo Allianz, recolham e processem os seus dados pessoais, mediante celebração prévia de vínculo contratual, no qual se previram todos os requisitos de privacidade e proteção de dados.

Para garantir a qualidade deste processo:

- Realizamos verificações das diligências devidas e análises de risco para avaliar os subcontratantes, por forma a garantir o cumprimento das nossas obrigações de segurança, confidencialidade e proteção dos seus dados pessoais.
- Monitorizamos periodicamente os subcontratantes para verificação da conformidade contínua das suas obrigações de privacidade e proteção de dados.

VI. Transferências e Transferências subsequentes

Podemos transferir os seus dados pessoais dentro do EEE para empresas do Grupo Allianz que estejam fora do EEE, desde que cumpram as regras estabelecidas nas BCR's.

As transferências dos seus dados pessoais para empresas do Grupo Allianz fora do EEE que não estejam abrangidas pelas regras das BCR's, bem como transferências para subcontratantes ou responsáveis de tratamento que não sejam membros do Grupo Allianz, serão permitidas apenas se, pelo menos, uma das seguintes condições for cumprida:

- A empresa está num país onde a Comissão Europeia reconheceu a devida adequação das leis e regulamentos de privacidade e proteção de dados.
- A empresa para a qual os seus dados pessoais são transferidos apresenta salvaguardas apropriadas em relação aos mesmos. Por exemplo, se a empresa tiver assinado cláusulas de privacidade e proteção de dados que tenham sido adotadas pela Comissão Europeia ou por uma autoridade de proteção de dados.
- Em circunstâncias específicas e limitadas permitidas pelas leis e regulamentos de privacidade e proteção de dados do EEE- Por exemplo, com o seu consentimento explícito ou se a transferência é necessária para a realização de um contrato, ou
- Como último recurso, se a transferência for necessária para os legítimos interesses de negócio da Allianz, desde que determinados requisitos sejam cumpridos (por exemplo, a transferência dos dados é limitativa e não repetitiva e não existam razões imperiosas que impeçam a transferência). Normalmente, nestes casos, é enviada informação a uma autoridade de proteção de dados acerca da transferência, antes que a mesma aconteça.

VII. Segurança e Confidencialidade

Tratamos os seus dados pessoais de acordo com as políticas e padrões de segurança de informação da Allianz e também de acordo com as leis e regulamentos que a nós se aplicam.

Adotamos medidas de segurança técnicas e organizacionais, adequadas para a proteção dos seus dados pessoais, contra riscos que possam resultar do uso indevido, nomeadamente, contra a destruição acidental ou ilegal, alteração ou perda, bem como a divulgação não autorizada ou acesso aos seus dados pessoais. As medidas dependem de fatores como o estado da arte, natureza e âmbito do processamento e nível de risco, mas podem incluir:

- Utilização de criptografia, anonimização parcial ou total dos seus dados pessoais, caso seja apropriado.
- Testes e avaliação regular da eficácia das medidas de segurança de modo a garantir a segurança no processamento dos dados.
- Manutenção dos planos de continuidade de negócio e de recuperação de desastres, incluindo confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência contínuas sobre os sistemas e serviços.

VIII. Perda de Dados Pessoais

Será informado – sem atrasos indevidos – se um incidente de perda de dados pessoais puder resultar num alto risco para os seus direitos e liberdades, incluindo o seguinte:

- Nome e contacto do nosso DPO
- Natureza do incidente de perda de dados pessoais
- Consequências prováveis do incidente de perda de dados pessoais

- Medidas que estão a ser tomadas ou planeadas para tratar o incidente de perda de dados pessoais, incluindo, se apropriado, as medidas para mitigar o seu impacto.

Não será informado se:

- As nossas medidas de segurança tornem os dados pessoais inacessíveis ou inutilizáveis a qualquer pessoa não autorizada a aceder (por exemplo, os dados pessoais estão encriptados).
- Tomarmos medidas subsequentes para garantir que quaisquer riscos de alto nível para os seus direitos e liberdades são improváveis de ocorrer, ou
- Tal envolva um esforço desproporcional para contatar individualmente cada pessoa afetada. Nesses casos, emitiremos uma comunicação pública ou medida semelhante para garantir que seja informado de uma forma igualmente clara e eficaz.

IX. Proteção de dados desde a conceção e por defeito (Privacy by Design & Default)

1. Proteção de dados por conceção (Design)

Consideramos o princípio de privacidade por conceção (ou por *Design*) no desenvolvimento ou alteração de características que afetem o processamento de dados pessoais (por exemplo, desenvolvimento de um novo produto, serviço ou sistema de TI) para nos ajudar a:

- Identificar e limitar os impactos e riscos na proteção de dados no processamento.
- Cumprir com os requisitos da APS e com as obrigações legais que afetem o processamento dos dados.
- Limitar os dados que recolhemos ou identificar diferentes formas que reduzam o impacto sobre a Privacidade e proteção dos dados, garantindo que os mesmos objetivos de negócio são alcançados.

2. Proteção de dados por defeito (Default)

Utilizamos medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir que, por defeito, recolhemos e processamos apenas os dados pessoais necessários para os nossos objetivos de negócio. Também utilizamos este princípio para introduzir controlos de privacidade e proteção de dados nas nossas atividades de tratamento, o que significa que os seus dados pessoais não serão publicados ou partilhados por defeito.

X. Cooperação com as Autoridades de Proteção de Dados

Cooperamos com as autoridades de Proteção de dados do EEE:

- Ao disponibilizar as pessoas necessárias para a ligação com as autoridades de proteção de dados do EEE;
- Ao cumprir as suas recomendações sobre qualquer assunto relacionado com as regras de transferências internacionais de dados.



COs seus Direitos

Abaixo encontram-se resumidos os seus direitos. Se os pretender exercer, realizar qualquer pedido ou efetuar alguma reclamação, os mesmos serão tratados de acordo com a Secção C.VI (*Como tratar os seus pedidos e reclamações*).

I. Direitos de acesso, retificação e apagamento

1. Direito de Acesso

Tem o direito de nos questionar se possuímos dados pessoais seus e, em caso afirmativo, receber uma cópia desses dados pessoais em formato eletrónico, a menos que a queira receber de outra forma (por exemplo, em papel). Além disso, pode solicitar informações sobre como utilizamos os seus dados pessoais, com quem os partilhamos, por quanto tempo os conservamos, onde são armazenados e outras informações que o possam ajudar a entender como os utilizamos.

2. Direito de retificação

Tem o direito de nos pedir para corrigir os seus dados pessoais (incluindo a disponibilização de uma declaração suplementar) se forem imprecisos e incompletos, bem como para os atualizar sem demora injustificada. Se, por alguma razão, não for possível realizar essa correção, incluiremos uma observação nos nossos registos acerca do referido pedido.

3. Direito de Apagamento

Tem o direito de nos pedir para apagar os seus dados pessoais se:

- Os seus dados pessoais já não forem necessários para as finalidades para as quais foram recolhidos.
- Os seus dados pessoais foram processados ilegalmente.
- Os seus dados pessoais devam ser apagados para cumprir com uma lei ou regulamento do EEE.
- Os dados pessoais são de uma criança ou pessoa cujos dados foram recolhidos em criança, em relação aos serviços fornecidos pela Internet, *websites* e aplicações.
- Pretender retirar o seu consentimento para o processamento dos dados pessoais (e se este for o único fundamento pelo qual os estamos a tratar os seus dados pessoais).
- Se opuser ao processamento baseado nos nossos interesses legítimos, desde que não hajam razões legítimas para continuar o processamento dos dados, ou
- Se opuser ao processamento para finalidades de marketing direto.

Se os dados pessoais em questão foram tornados públicos, também tomamos medidas razoáveis para informar outros subcontratantes que processem os seus dados para que possam tentar apagar *links* ou cópias dos seus dados pessoais.

Podemos recusar o seu pedido de apagar os dados pessoais se o processamento dos mesmos for necessário para:

- Exercer o nosso direito de liberdade de expressão e de informação.
- Cumprir com as leis e regulamentos do EEE.
- Para o desempenho de uma tarefa realizada no interesse público ou para responder a uma autoridade oficial investida em nós.
- Estabelecer, exercer ou defender ações judiciais.

Nestes casos, podemos restringir o processamento dos seus dados pessoais em vez de os apagar, se assim o solicitar. Veja a seção C.III para mais detalhes.

II. Direito de Oposição

Tem o direito de se opor em qualquer momento ao processamento dos seus dados pessoais, se os processarmos com base nos nossos interesses legítimos. Isso inclui qualquer tipo de definição de “perfil”.

Na nossa política de privacidade é informado quando nos baseamos em interesses legítimos para processar os seus dados pessoais. Nesses casos, os seus dados pessoais deixarão de ser processados, a não ser que seja possível demonstrar a existência de razões imperiosas e legítimas para continuar o processamento. O seu pedido poderá ser rejeitado, caso o tratamento dos seus dados pessoais seja necessário para estabelecer, exercer ou defender direitos em processos judiciais.

Tem o direito de se opor em qualquer momento se os seus dados pessoais forem processados para fins de marketing direto. Também se poderá opor em qualquer momento à definição de perfis no nosso marketing direto. Nessas situações, os seus dados pessoais deixarão de ser processados assim que recebermos o seu pedido de oposição.

III. Direito de Limitação

Tem o direito de nos solicitar a restrição do processamento dos seus dados pessoais se:

- Contestar a exatidão dos seus dados pessoais e se estivermos no processo de verificar de que dados pessoais dispomos.
- O processamento é ilegal e não pretende que apaguemos os seus dados pessoais.
- Os seus dados pessoais já não são necessários para a finalidade original do processamento, mas necessários para a declaração, exercício ou defesa de direitos em processos judiciais pelo que não pretende que os dados sejam excluídos como resultado ou
- Tenha formalizado oposição ao processamento realizado devido aos nossos interesses legítimos (consulte a secção anterior), enquanto verificamos se os fundamentos legítimos da Allianz prevalecem sobre os seus.

Se o processamento for restrito, os seus dados pessoais podem ser processados (exceto para fins de armazenamento), apenas:

- Se nos deu o seu consentimento.
- Para estabelecer, exercitar ou defender ações judiciais.
- Para proteger os direitos de outra pessoa singular ou coletiva.
- Por motivos de interesse público importante, conforme definido nas leis e regulamentos aplicáveis do EEE.

Após o seu pedido, será informado antes de cancelarmos a restrição.

IV. Direito à Portabilidade

Se o tratamento dos seus dados for realizado por meios automatizados e for necessário para o cumprimento de um contrato, ou se for baseado no seu consentimento, tem o direito a:

- Receber quaisquer dados pessoais que nos tenha fornecido num formato eletrónico estruturado, de uso corrente e de leitura automática.
- Transmitir os seus dados pessoais a outro responsável de tratamento ou a que os dados pessoais sejam transmitidos diretamente entre os responsáveis pelo tratamento, sempre que tal seja tecnicamente possível.

Se o seu pedido se referir a um conjunto de dados pessoais que também diz respeito a outras pessoas, o facto de pedir a portabilidade desses dados, conforme descrito acima, não impede que essas pessoas exerçam os seus próprios direitos em relação aos seus dados pessoais.

Mesmo que solicite a portabilidade dos seus dados pessoais, tem também o direito a pedir a sua eliminação, de acordo com a secção C.I.3.

V. Direito de Oposição a Decisões Automatizadas

Geralmente, tem o direito de se opor a qualquer decisão que produza um efeito legal a seu respeito (por exemplo, o cancelamento do seu contrato) ou que o afete significativamente (por exemplo, recusa do seu pedido de seguro on-line) se esta se basear exclusivamente no processamento automatizado dos seus dados pessoais. Isso inclui decisões automatizadas baseadas no perfil.

O seu pedido pode ser recusado se a decisão em questão for:

- Necessária para celebrar um contrato consigo ou para a execução de um contrato conosco.
- Permitido pelas leis e regulamentos do EEE.
- Baseado no seu consentimento explícito.

Só serão tomadas decisões baseadas no processamento automatizado dos seus dados pessoais sensíveis, se tiver dado o seu consentimento explícito ou o tratamento dos dados for necessário por motivos de interesse público relevante, com base nas leis e regulamentos aplicáveis do EEE, e salvaguardar os seus direitos, liberdades e interesses legítimos.

VI. Tratamento de pedidos relacionados com os seus dados pessoais

1. Confirmação da sua identidade

Queremos garantir que não disponibilizamos as suas informações a alguém que não o próprio titular dos dados. Portanto, podemos solicitar informações adicionais para confirmar a sua identidade antes de efetivarmos o seu pedido.

2. Prazos para tratamento dos pedidos

Quando recebemos um pedido seu:

- Informamos sobre qualquer ação tomada sem demora injustificada. Será, no máximo, no prazo de um mês após a receção do seu pedido.
- Podemos prolongar o tempo de resposta por mais dois meses, dependendo da natureza do seu pedido. Notificaremos de qualquer extensão de prazo, dentro de um mês, em conjunto com os motivos da extensão.
- Será informado o mais rapidamente possível (no máximo, dentro de um mês) se decidirmos não cumprir com o seu pedido, em conjunto com os motivos de recusa. Também receberá informações sobre o seu direito de reclamar perante uma autoridade de proteção de dados do EEE e/ou o seu direito de procurar recursos judiciais.

3. Método de Resposta

Se o seu pedido for realizado de forma eletrónica, iremos responder eletronicamente, a menos que nos indique para responder de forma diferente.

4. Custos

Em regra, não cobramos pelas respostas aos seus pedidos. No entanto, poderemos fazê-lo se:

- O seu pedido é infundado e excessivo, por exemplo, se o pedido for repetitivo, ou
- Se solicitar cópias adicionais de dados pessoais que já lhe foram fornecidos.

5. Recusa em executar o seu pedido

Podemos recusar o seu pedido se:

- O seu pedido é infundado e excessivo, por exemplo, se o pedido for repetitivo
- O nosso tratamento não exige que o identifiquemos e podemos demonstrar que não podemos identifica-lo ou
- As leis e regulamentos do EEE impedem que o seu pedido seja realizado, por exemplo, se um tribunal ou uma autoridade reguladora impuser uma medida legal.

6. Notificação de Alteração aos destinatários dos seus dados pessoais

Informamos terceiros, com quem partilhamos os seus dados pessoais como fornecedores ou prestadores de serviços, acerca de alterações devido ao apagamento, retificação ou restrição de tratamento dos seus dados pessoais, a não ser que seja tecnicamente impossível ou tal envolva um esforço desproporcional. Será informado quem são os destinatários, caso o solicite.



D Transferências Internacionais dos seus Dados Pessoais

I. As suas Reclamações e como são tratadas

Pode contestar a forma como os seus dados pessoais foram tratados, de acordo com as regras para transferências internacionais. Pode registar uma reclamação enviando um correio eletrónico para GoodPrivacy@allianz.com.

Iremos:

- Confirmar a sua reclamação até 2 semanas após a receção, procurar a sua resolução e responder-lhe o mais rápido possível e, em qualquer caso, dentro de 2 meses. Será informado sobre os procedimentos e tempos de resposta e será atualizado durante esse período.
- Investigar as circunstâncias relacionadas com a sua reclamação e recolher informações para a elaboração de uma resposta.
- Encaminhar a sua reclamação para o responsável de privacidade do Grupo Allianz, se, durante a investigação, for antecipado que o prazo de 2 meses não pode ser cumprido. Será informado da nossa estimativa, acerca de quanto tempo despenderemos para tratar da sua reclamação.
- Resolver a sua reclamação se ela for confirmada e informá-lo sobre as ações que foram tomadas. Poderá encaminhar a sua reclamação para o responsável de Privacidade do Grupo Allianz se não estiver satisfeito com o resultado.
- Informar se a sua reclamação não é confirmada e do seu direito de encaminhar a sua reclamação ao responsável de privacidade do Grupo Allianz.

II. Os seus direitos de Terceiro Beneficiário relacionados com as transferências internacionais dos seus dados pessoais

As regras sobre transferências internacionais exigem que os titulares de dados, cujos dados pessoais sejam transferidos, devem ser beneficiários de certos direitos em relação a esses dados como terceiros beneficiários, de acordo com as leis e regulamentos de Privacidade e proteção de dados do EEE, quando os dados pessoais sejam transferidos de uma empresa do Grupo Allianz no EEE para uma empresa do Grupo Allianz fora do EEE. Assim, se os seus dados pessoais forem transferidos de uma empresa do Grupo Allianz no EEE para empresas do Grupo Allianz fora do EEE, dispõe dos seguintes direitos, como terceiro beneficiário:

- Devido Cuidado (Secção B.I)
- Qualidade dos Dados (Secção B.II)
- Transparência e Acesso (Secção B.III)
- Licitude de Tratamento (Secção B.IV)
- Relação com os Subcontratantes (Secção B.V)
- Transferências e Transferências Subsequentes (Secção B.VI)
- Segurança e Confidencialidade (Secção B.VII)
- Perda de Dados Pessoais (Secção B.VIII)
- Proteção de dados desde a conceção e por defeito (by Design & Default) (Secção B.IX)
- Cooperação com as Autoridades de Proteção de Dados (Secção B.X)
- Direitos de acesso, retificação e apagamento (Secção C.I)
- Direito de oposição (Secção C.II)
- Direito de Limitação (Secção C.III)
- Direito à Portabilidade (Secção C.IV)
- Direito de Oposição a Decisões Automatizadas (Secção C.V)
- Tratamento de pedidos relacionados com os seus dados pessoais (Secção C.VI)
- As suas Reclamações e como são tratadas (Secção D.I)
- Os seus direitos de Terceiro Beneficiário relacionados com as transferências internacionais dos seus dados pessoais (Secção D.II)
- Aplicação de Leis e Regulamentos (Secção E)

Impor um direito de terceiro beneficiário significa que poderá tomar uma medida contra uma empresa do Grupo Allianz, sujeita às regras das BCR's, de acordo com as regras de responsabilidade abaixo indicadas, mesmo que não tenha um contrato com essa empresa. Tal inclui a utilização de recursos judiciais por qualquer violação dos seus direitos, incluindo eventual indemnização.

Em todo o caso, tem o direito de apresentar uma reclamação por violação dos direitos de terceiro beneficiário, de acordo com esta secção. Poderá fazer uma reclamação perante:

- Os tribunais na jurisdição da empresa do Grupo Allianz, localizada no EEE, que transferiu os seus dados pessoais para fora do EEE.
- Os tribunais na jurisdição onde tem a sua residência habitual ou permanente no EEE, e/ou

- A autoridade de Proteção de dados do EEE no país onde tem a sua residência habitual ou trabalho, ou onde a suporta violação ocorreu.

Se uma empresa do Grupo Allianz no EEE (o “exportador”) partilhar os seus dados pessoais com outra empresa do Grupo Allianz fora do EEE (o “importador”) e que tal resulte numa violação da APS que afete os seus dados pessoais, pode apresentar uma reclamação contra o exportador. A responsabilidade do exportador está limitada a danos materiais e não materiais diretos, resultantes da violação ou perda de dados.

A responsabilidade de prova recai sobre a Allianz, que terá de provar que não é responsável pela violação de dados ou que nenhuma violação ocorreu.



E Aplicação de Leis e Regulamentos

Se qualquer parte das BCR's for menos rigorosa que as leis ou regulamentos locais, tais leis ou regulamentos serão aplicados sobre esses requisitos.

Iremos procurar resolver qualquer conflito entre as disposições nas BCR's e as leis e regulamentos locais para determinar as ações adequadas. Consultaremos as autoridades de proteção de dados do EEE em caso de incerteza jurídica.



F Atualizações a este documento

Ajustaremos este documento para refletir alterações que sejam feitas na Norma de Privacidade da Allianz. Iremos especificar a data em que este documento foi revisto pela última vez e os motivos para as alterações.

Versão	Data de Revisão	Motivo da alteração
1.0	25.05.2018	1ª versão do documento Allianz Privacy Standard
2.0	15.04.2024	Atualização do documento para refletir as BCR's como o mecanismo legalmente reconhecido para facilitar e legitimar as transferências de dados pessoais entre o Grupo Allianz e separar o Allianz Privacy Standard, que se manterá como norma interna de privacidade e proteção de dados.

Se tiver alguma dúvida sobre esta Norma pode contactar-nos pelo endereço eletrónico GoodPrivacy@allianz.com.